

Murillo Giordan Santos
Teresa Villac
Coordenadores

Prefácio
José Renato Nalini

Apresentação
Fábio Victor da Fonte Monnerat

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Belo Horizonte



2015

© 2011 Editora Fórum Ltda.
2015 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alecia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Jose Nilo de Castro
Carlos Mário da Silva Velloso	Luarez Freitas
Carlos Pinto Coelho Motta	Luciano Ferraz
Carmen Lucia Antunes Rocha	Lucio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney Jose de Freitas
gon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Irmerson Calabardo	Paulo Modesto
Fabricio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sergio Guerra
Flavio Henrique Unes Pereira	



Luis Claudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Fustaquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 - 16º andar - Funcionários - CEP 30130-007
Belo Horizonte - Minas Gerais - Tel.: (31) 2121.4900 - 2121.4949
www.editoratorum.com.br - editoratorum@editoratorum.com.br

M2371

Santos, Murillo Giordan.

Licitações e contratações públicas sustentáveis. — Coordenação: Murillo Giordan
Santos; Teresa Villac. — 2. ed. — Belo Horizonte: Fórum, 2015.

335p.

ISBN 978-85-450-0050-1

1. Direito administrativo. 2. Direito ambiental.

I. Título. II. Santos, Murillo Giordan. III. Villac, Teresa.

CDD: 342.06

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTOS, Murillo Giordan; VILLAC, Teresa (Coords.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 335p. ISBN 978-85-450-0050-1.

SUMÁRIO

A SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES	
José Renato Nalini	11

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	
Murillo Giordan Santos /Teresa Villac	15

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Fábio Victor da Fonte Monnerat	17

CAPÍTULO 1

CONCEITO DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Rosa Maria Meneguzzi	21
1 Conceito de licitação.....	21
2 Conceito de sustentabilidade	22
3 Licitações sustentáveis	23
4 Obras e serviços sustentáveis.....	24
5 Compras sustentáveis	27
6 Como chegar-se a uma licitação sustentável?	30
7 A nova lei de mudança climática	32
8 A IN nº 01/2010 da SLTI (MPOG).....	33
9 As inovações trazidas pela MP nº 495/2010	34
10 A Política Nacional de Resíduos Sólidos	36
11 Conversão da MP nº 495 na Lei nº 12.349, de 15.12.2010.....	36
12 O Decreto nº. 7.746, de 2012, regulamentador das licitações para desenvolvimento nacional sustentável.....	37
13 IN SLTI nº 10, de 12 de novembro de 2012 (DOU de 14.11.2012)	38
14 Conclusão.....	40
Referências	41

CAPÍTULO 2

DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL COMO FUNDAMENTO PRINCIPIOLÓGICO E DE JURIDICIDADE PARA AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NO BRASIL

Teresa Villac	43
1 Introdução.....	43
2 Direito ao desenvolvimento e direito ao meio ambiente sadio como direitos humanos fundamentais	45
3 Meio ambiente e desenvolvimento: Temática eminentemente ética....	46
4 Direito internacional ambiental e a internalização no ordenamento nacional	51

5	Desenvolvimento sustentável: compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro como fundamento principiológico e de juridicidade para as licitações sustentáveis	54
6	Ponderações finais	65
	Referências	66

CAPÍTULO 3

PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA ORDEM ECONÔMICA E NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE: NECESSIDADE DE OPÇÃO POR CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Lena Barcessat	69
1 Licitações sustentáveis	69
2 Fundamentação constitucional	70
3 O bem comum e a função social da licitação sustentável: a regulação social	71
4 Princípio da isonomia	74
5 A melhor proposta e regulação social	77
6 O princípio da economicidade	78
7 Conclusões	79
Referências	81

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Veridiana Bertogna	83
1 Introdução	83
2 Princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal	86
3 Princípios da precaução e da prevenção	91
4 Princípios do poluidor pagador e da responsabilização	94
5 Princípio da ubiquidade	98
6 Princípio da solidariedade intergeracional ou equidade	99
7 Conclusão	99
Referências	101

CAPÍTULO 5

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Lilian Castro de Souza	103
1 Introdução	103
2 Objetivos e princípios na Lei nº 6.938/81	104
3 União Federal: agente econômico e agente do poder de polícia	106
4 Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	110
5 Conclusão	114
Referências	114

CAPÍTULO 6

AS LICITAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVAS LEIS DE MUDANÇA CLIMÁTICA E DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira	117
1 Introdução.....	117
2 As Mudanças Climáticas, a Lei nº 12.187/2009 e as Licitações Sustentáveis	119
3 O fortalecimento das licitações sustentáveis e a Lei nº 12.305/2010..	123
4 Das novas leis em face da Lei Geral de Licitações: Lei nº 8.666/93....	131
5 A interpretação jurídica da recente alteração da Lei nº 8.666/93	132
6 O Decreto nº 7.746/2012 e as Leis de Mudança Climática e de Resíduos Sólidos	135
7 Conclusão.....	137
Referências	139

CAPÍTULO 7

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: POLÍTICA PÚBLICA

Marcos Weiss Bliacheris	141
1 Introdução.....	141
2 Breve histórico.....	142
2.1 ECO-92	142
2.2 Mudanças climáticas	144
3 As licitações sustentáveis enquanto política pública.....	145
3.1 Instrumentos econômicos e políticas de comando e controle.....	146
3.2 Aspectos reguladores	148
4 Características da política pública: licitações sustentáveis e seus reflexos jurídicos	148
4.1 Dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (art. 3º, Lei nº 8.666/1993, artigos 3º, IV, e 6º, XVI, Lei nº 12.187/2009; art. 30, IV e VI, Lei nº 12.305/2010)	148
4.2 Transversalidade (art. 7º, Lei nº 12.187/2009; artigos 5º e 12, Lei nº 12.305/2010).....	151
4.3 Avaliação do produto ou serviço (art. 6º, XII, Lei nº 12.187/2009; art. 7º, XI, “a”, Lei nº 12.305/2010)	152
4.4 Ciclo de vida dos produtos (art. 7º, XI, “a”, Lei nº 12.305/2010).....	152
4.5 Ecoeficiência (art. 6º, V, Lei nº 12.305/2010)	153
5 Conclusão.....	154
Referências	155

CAPÍTULO 8

PODER NORMATIVO NAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Murillo Giordan Santos	157
1 Introdução.....	157
2 O poder discricionário da Administração Pública para a contratação de objetos sustentáveis	160

3	As licitações poderão ou deverão ser sustentáveis?	161
4	O poder normativo da Administração Pública enquanto meio de efetivação das licitações e contratações sustentáveis	163
5	O conceito de poder normativo e sua aplicação às licitações públicas e às licitações públicas sustentáveis	166
6	A ordem econômica da Constituição Federal enquanto fundamento do poder normativo das licitações sustentáveis.....	170
7	O meio ambiente na Constituição Federal enquanto fundamento do poder normativo das licitações sustentáveis.....	172
8	Instrumentos normativos sobre licitações sustentáveis	174
9	Margem de preferência para a aquisição de objetos sustentáveis	176
10	A jurisprudência sobre a utilização do poder normativo pela Administração para viabilizar as licitações sustentáveis.....	177
11	Conclusão.....	180
	Referências.....	181

CAPÍTULO 9

CONSIDERAÇÕES SOBRE A JURIDICIDADE E OS LIMITES DA LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Eduardo Fortunato Bim.....	183
1 Introdução.....	183
2 A licitação sustentável, ambiental, ecológica ou verde	185
3 A constitucionalidade da licitação sustentável: o desenvolvimento sustentável como dever estatal (CF, art. 225) e da livre iniciativa (CF, art. 170, VI).....	190
4 A desnecessidade de lei ordinária prevendo a licitação sustentável: a sua compatibilidade diante da atual redação da Lei nº 8.666/93.....	194
4.1 Inexistência de violação ao princípio da competitividade: inexistência de cláusula anti-isonômica	194
4.2 A inexistência de ofensa à proposta mais vantajosa, ao menor preço ou ao julgamento objetivo	200
4.3 A compatibilidade da licitação ambiental com o princípio da economicidade	202
5 O suposto argumento <i>a contrario sensu</i> com as Leis nº 12.187/09 (art. 6º, XII) e nº 13.305/10 (art. 7º, XI)	204
6 A licitação sustentável na fase de habilitação?.....	206
7 A exigência de documentos de terceiros, certificações ou certidões negativas	209
8 A licitação sustentável como critério de desempate(?) e as margens de preferência	212
9 A possibilidade de inserção da licitação sustentável de maneira abstrata	213
10 Direito subjetivo de exigir a licitação sustentável?.....	216
11 A constante mutação do estado da técnica na licitação sustentável	219

12	A limitação econômica da licitação sustentável: analogia com o princípio BATNEEC	223
13	A licitação sustentável como critério de aperfeiçoamento da excelência dos padrões ambientais: pragmatismo.....	224
14	Conclusão.....	225
	Referências	227

CAPÍTULO 10

FORMAS PRÁTICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: TRÊS PASSOS PARA A INSERÇÃO DE CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Luciana Maria Junqueira Terra, Luciana Pires Csipai,

Mara Tieko Uchida	231
1 Introdução: as preocupações socioambientais existentes no ordenamento jurídico brasileiro vigente	231
2 As inovações decorrentes da edição de diplomas legais e normativos nos últimos anos	232
3 Três passos práticos para a implementação concreta da licitação sustentável	241
3.1 Inserção de critérios socioambientais na especificação técnica do objeto	241
3.2 Inserção de critérios socioambientais nos requisitos de habilitação...	250
3.3 Inserção de critérios socioambientais nas obrigações impostas à contratada	255
4 A questão da economicidade	260
5 Conclusão: a responsabilidade do gestor público	267
Referências	269

APÊNDICE

Comentários à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010	273
--	-----

ANEXO

Principais instrumentos normativos aplicáveis às licitações sustentáveis	291
--	-----

SOBRE OS AUTORES	333
------------------------	-----